
O Jornalismo Investigativo como ferramenta para a construção de memórias sobre Milton Soares de Castro¹

Claudia Aline Dalmuth²

Otávio José Klein³

Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS

RESUMO

Este estudo tem como objeto o Jornalismo Investigativo como uma ferramenta para a construção de memórias sobre Milton Soares de Castro, militante político morto durante o período da ditadura militar no Brasil. Para tanto, e a fim de entender a relação entre jornalismo e memória, estudamos, a partir de revisão bibliográfica e pesquisa descritiva, o universo do livro-reportagem *Cova 312* (2015), que conta a trajetória da autora e jornalista Daniela Arbex em busca do corpo do militante e de provas que desmontam a tese de suicídio do personagem, em uma narrativa que une elementos investigativos e literários. Ao fim, somos capazes de compreender como este trabalho jornalístico assume um importante papel na construção de memórias coletivas e históricas, retirando das sombras histórias por muito tempo silenciadas.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Jornalismo Investigativo; *Cova 312*; ditadura militar.

INTRODUÇÃO

Fazer jornalismo é produzir memórias, dizia o jornalista Geneton Moraes Neto. Em uma sociedade como a que vivemos no Brasil, que constantemente relega fatos ao esquecimento, o jornalismo tem papel fundamental em produzi-las. Por este motivo, acreditando na capacidade da autora e jornalista Daniela Arbex de dar voz aos socialmente mudos e fazer a produção de suas memórias, no presente trabalho nos propomos a analisar seus processos produtivos para a constituição do livro-reportagem *Cova 312* (2015), que une a linguagem jornalística e investigativa a elementos literários.

A obra trata da longa jornada de Arbex para descobrir o destino do corpo do único morto político dentro da Penitenciária de Linhares, Milton Soares de Castro. O gaúcho trabalhava como operário metalúrgico em Porto Alegre quando se vinculou ao Movimento Nacionalista Revolucionário e participou da guerrilha do Caparaó, o primeiro

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do Intercom Junior, no XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 20 a 22 de junho de 2019.

² Recém-graduada em Jornalismo pela Universidade de Passo Fundo – claudiadalmuth@gmail.com.

³ Doutor, pesquisador e professor da Universidade de Passo Fundo, orientador do Trabalho de Conclusão do Curso – oklein@upf.br.

movimento armado de oposição ao regime militar. Devido a problemas de organização, o levante não teve sucesso e, sem oferecer grande resistência, todos os militantes acabaram presos pela polícia do Exército na Serra do Caparaó em 1967. Eles foram levados para a Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, onde Milton morreu e foi dado como suicida. Escrito como um romance-reportagem, *Cova 312* conta a história de Milton até o momento de sua morte e desvenda o modo como o Exército matou o militante por tortura, forjou seu suicídio e desapareceu com seu corpo por trinta e cinco anos.

No Brasil, essa atuação jornalística ligada à disputa da memória tornou-se mais clara justamente a partir da época em que o país viveu a ditadura militar, entre os anos de 1964 e 1985, quando o jornalismo passou a lutar contra a perseguição política promovida pelo regime antidemocrático, que utilizava os mecanismos da censura como forma de alienar grande parte da população, para que esta não ficasse sabendo das torturas e mortes que ocorriam no período. “A censura, por fim, se constituiu como um mecanismo essencial de proteção aos pilares do regime, à medida que formava e direcionava a opinião pública. Nesse contexto, a censura relaciona-se à produção memorialística, pois ao vetar informações, interfere na construção identitária dos indivíduos e direciona as lembranças ao esquecimento” (BRAGANÇA; SOUSA, 2015, p. 4).

Como Pollak (1989 apud BRAGANÇA; SOUSA, 2015, p. 6) defende, ao forjar uma memória oficial e legitimar seu discurso como verdadeiro, os militares “conduzem as vítimas da história ao silêncio e à renegação de si mesmas”. Por isso, mesmo depois de décadas, muitos fatos relativos à ditadura permanecem soterrados. Seja por terem sido direcionados ao esquecimento, seja porque jamais foram revelados. É por isso, também, que o jornalismo segue sendo uma ferramenta necessária para o resgate e a construção de memórias, sobre as quais estudaremos a seguir a partir das conceituações de Halbwachs (2006) e Barbosa (2012). Observaremos ainda as classificações de Sequeira (2005) acerca das práticas jornalísticas e de Pena (2006), sobre a teoria do *newsmaking*. Por meio de pesquisa descritiva, buscaremos compreender qualitativamente a relação entre jornalismo e memória, ao estudar o trabalho de Arbex no universo da obra *Cova 312*, para que, por fim, analisemos o papel do livro-reportagem na construção das supracitadas memórias.

Memória social

Nos estudos de Halbwachs (2006), a memória é analisada através de uma perspectiva social, com ênfase nos processos de construção e no caráter seletivo desses

processos. O sociólogo categoriza a memória entre individual, coletiva e histórica, como se as lembranças pudessem ser organizadas tanto ao redor de quem as vê a partir do próprio ponto de vista, quanto distribuídas dentro de uma sociedade. No caso da memória individual, para Halbwachs, essa seria extremamente rara, por se vincular a um estado de consciência particular distinto das percepções de pensamento social.

Conforme Halbwachs (2006, p. 30) salienta, “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”, porque nunca estamos realmente sozinhos. Ideias, pensamentos, sentimentos que remetemos a nós, na verdade são insinuados pelos grupos nos quais estamos inseridos. Em outras palavras, para constituir a memória individual, o indivíduo pega emprestado ideias de seu ambiente. Assim, as memórias individuais são “contaminadas” pelas coletivas e as duas acabam convergindo, tornando todas as lembranças e percepções frutos de uma memória coletiva e não mais individual. Portanto, questões relativas a recordação e a lembranças só podem ser analisadas com precisão quando são considerados os contextos sociais nos quais elas se baseiam. Neste âmbito, para Halbwachs, a lembrança não é evocada em sua totalidade, mas sim em fragmentos, sendo reconstruída sucessiva e infinitamente no presente, e é o grupo ao qual o indivíduo pertence que fornece os meios para rearranjar o passado.

A memória histórica, por outro lado, segundo Halbwachs (2006, p. 72), se refere a acontecimentos que marcaram a história do grupo nacional no qual estamos inseridos e a respeito dos quais, por vezes, dizemos nos lembrar, mas que na verdade conhecemos somente através de jornais ou pelo testemunho de pessoas que estiveram envolvidas diretamente com eles, como se fosse uma “bagagem de lembranças históricas, que posso aumentar por meio de conversas ou de leituras”. Halbwachs (2006, p. 72) salienta, porém, que quando evocamos esses episódios somos obrigados a nos remeter inteiramente à memória dos outros, e esta não entra para completar ou reforçar a nossa, ela é de fato nossa única fonte. A memória histórica é, portanto, uma memória tomada de empréstimo.

Acontecimentos: a imprensa como sua condição de existência

É comum, em nosso dia-a-dia, nos depararmos com reportagens investigativas que se dedicam a resgatar acontecimentos e, conseqüentemente, nos permitem compreender determinados períodos da nossa história e até mesmo modificá-los. Esses documentos, ao legitimar discursos, abrir disputa entre memórias oficiais e subterrâneas e guardar

memórias que podem ser tomadas como empréstimo, dão ao jornalismo o estatuto de produtor da memória histórica e coletiva de uma sociedade. Em *O retorno do fato*, presente na obra *História: novos problemas*, o historiador Pierre Nora (1979, p. 181) defende, inclusive, que “imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência”, porque, para que haja um acontecimento, é necessário que ele seja conhecido. Neste cenário, devemos lembrar que os veículos fazem ainda uma seleção do que “merece” ser veiculado. Se um acontecimento não é considerado extraordinário, ele cai no esquecimento. Longe das mídias de massa, ele não marca presença. Portanto, não só o que o jornalismo torna notícia, mas também o que ele escolhe que não seja noticiado, tudo faz parte da construção de memória da sociedade.

Em resumo, o jornalismo não é um mero transmissor da realidade, ele é um construtor social dela. Ao selecionar os eventos que devem ser lembrados e aqueles que devem ser esquecidos, o jornalista se torna o “senhor da memória” de um grupo, segundo Barbosa (2012). A pesquisadora destaca que a sociedade garante ao jornalista o estatuto de produtor de um discurso tido como verídico e inquestionável, sem discutir os critérios utilizados pelos jornalistas ao selecionar os fatos que merecem a classificação de acontecimentos. A visão é compatível com a teoria do *newsmaking*, sistematizada por autores como Mauro Wolf e Nelson Traquina considerando especialmente as rotinas de produção jornalística. O *newsmaking* é construtivista e enfatiza o caráter convencional das notícias, admitindo que elas informam e têm referência na realidade, mas que também “ajudam a construir essa mesma realidade e possuem uma lógica interna de constituição que influencia todo o processo de construção” (PENA, 2005, p. 129).

Do ponto de vista da seleção da informação podemos dizer que o jornalista constrói, transpondo para o lugar da anormalidade, o acontecimento. Essa construção é seletiva. Seleciona-se parte da realidade, partindo-se do pressuposto do que os leitores gostariam de saber e do que as instituições querem fazer saber. Ao selecionar o fato, transpondo-o do lugar da normalidade para o da anormalidade, transformando-o em acontecimento, e ao escolher a forma da narrativa, o jornalista está constituindo o próprio acontecimento e criando uma memória da atualidade. Uma memória que obedece a critérios subjetivos e engendra a questão do poder (BARBOSA, 2012, p. 4).

Ainda nas palavras de Barbosa (2012, p. 6), “a memória organizada resume a ideia que a sociedade majoritária ou o Estado deseja passar a impor. Ao silêncio ou a memória silenciada e esquecida, contrapõe-se, portanto, uma memória publicada, oficializada”.

Nesse processo de lembrar e esquecer, o jornalismo rearranja a memória social, abrigando fatos e fazendo com que eles resistam ao tempo. Além disso, ao resgatar acontecimentos do passado, ele contribui para que vozes, que por muitos anos foram silenciadas, ganhem a chance de serem ouvidas. Clara ilustração disso é que, não fosse o processo jornalístico de Daniela Arbex, o corpo de Milton Soares de Castro talvez nunca tivesse sido encontrado e seu fim trágico descoberto; nos documentos oficiais e na memória daqueles que o conheciam, ele continuaria sendo lembrado como um suicida.

Processos e práticas do Jornalismo Investigativo

Toda reportagem é única, tanto quanto são únicas as práticas de cada repórter. No entanto, é possível notar a repetição de certos métodos de trabalho que nos permite traçar padrões construtivos. Como Sequeira explana, enquanto nas notícias factuais dos jornais privilegiam-se boas imagens e informações curtas, o jornalismo investigativo preocupa-se em aprofundar as informações e levar ao leitor “uma informação que grupos de poder querem omitir ou sonegar da sociedade” (SEQUEIRA, 2005, p. 59). No mesmo contexto, Fortes (2005) cita o objeto da pauta, o método de apuração e a forma e conteúdo final com que a reportagem se apresenta como as principais características do gênero. Podemos concluir, então, que a classificação de uma reportagem como investigativa deve ser feita observando as técnicas e estratégias de apuração do respectivo repórter.

Esse procedimento produtivo é estudado a fundo por Sequeira (2005), que, após recolher informações sobre os processos construtivos de diferentes repórteres, classificou sete fases básicas presentes nas rotinas de trabalho de jornalistas investigativos: 1) a busca de um novo tema; 2) o estudo de viabilidade do tema; 3) o estudo aprofundado de trabalho; 4) a criação de um projeto de trabalho; 5) a fase de apuração (pesquisa documental e entrevistas entre as fontes de informação) e cruzamento de informações; 6) a redação final; 7) a edição e publicação da reportagem. A seguir, durante a nossa pesquisa descritiva, retomaremos com atenção cada um dos passos classificados como essenciais por Sequeira, para analisar o trabalho de Daniela Arbex em *Cova 312*.

Descrição e análise das práticas jornalísticas e investigativas de Daniela Arbex

Realizado o estudo bibliográfico que nos ajuda a compreender as relações entre jornalismo e memória e seu aspecto construtivista, podemos partir para a análise de dados. A metodologia utilizada será a pesquisa descritiva e qualitativa das práticas jornalísticas

de Arbex em *Cova 312*, partindo da definição de Gil (2012, p. 28), para quem as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. O objetivo é observar o processo investigativo da autora e a maneira com que a narrativa é construída, para que possamos entender o trabalho de Arbex como um construtor de memórias.

A análise é dividida em quatro etapas: pauta, apuração, construção e publicação. A partir delas, estudaremos de maneira abrangente o universo da obra *Cova 312*, mas, principalmente, os capítulos “Nasce uma investigação jornalística”, “Cova 312” e “Reviravolta na investigação jornalística”. Neles, concentram-se as principais descrições da jornalista sobre as etapas do seu trabalho. Além disso, estudaremos a narrativa baseando-nos nas sete categorizações de Sequeira (2005) acerca do trabalho jornalístico-investigativo e, ao final, analisaremos registros que mencionam a importância de *Cova 312* para a construção de memórias sobre o protagonista do livro-reportagem.

Definição da pauta

Todo material jornalístico nasce do estabelecimento de uma pauta. No trabalho de Arbex, embora o livro-reportagem *Cova 312* tenha começado a ser escrito em 2014 e publicado pela editora Geração Editorial em 2015, a pauta surgiu muito antes disso: no ano de 2002, enquanto a autora trabalhava em um jornal de Juiz de Fora, o *Tribuna de Minas*, onde atua até hoje. Nesse processo de levantamento inicial de informações, encontramos a etapa classificada por Sequeira (2005) como sendo a primeira em um trabalho de jornalismo investigativo: a busca de um novo tema.

Em *Cova 312*, a pauta é o assunto principal do capítulo VI, intitulado “Nasce uma investigação jornalística”. Nele, Arbex conta que encontrou a pauta de seu trabalho enquanto lia a edição diária do *Tribuna de Minas* e viu a notícia de que a “Comissão Estadual de Indenização Às Vítimas de Tortura, que determina o pagamento de indenização às vítimas de tortura praticadas pelos agentes do estado no período da ditadura” estava analisando requerimentos mineiros (ARBEX, 2015, p. 90). Para estudar a pauta, Arbex começou solicitando à Comissão informações sobre os requerimentos.

Também telefonou para o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, deputado Nilmário Miranda, que havia ficado preso na Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, durante a ditadura. Logo no primeiro contato, quando Arbex (2015, p. 92) perguntou sobre as mortes na cadeia, Nilmário respondeu: “a única pessoa

que eu sei que foi encontrada morta na penitenciária foi o Milton, da guerrilha do Caparaó. O Exército divulgou o caso como suicídio”, “no entanto, o corpo dele nunca foi encontrado”. Com as informações levantadas e todo o mistério envolvendo Milton, Arbex disse ter certeza de ter encontrado a história inédita que deveria buscar: iria achar o corpo de Milton. Assim, ficava definida a pauta com a qual a jornalista trabalharia.

Processo de apuração

Independente do veículo de comunicação em que atua, uma vez que a pauta é definida, o repórter deve partir para a apuração de informações relativas à ela. A etapa é crucial para determinar se a hipótese levantada se sustenta. Esse processo fica explícito nas descrições feitas por Daniela Arbex na narrativa de *Cova 312*. É desde a apuração que o jornalista pode iniciar sua investigação, mesmo que superficialmente. No caso estudado, devido à importância da etapa para o trabalho de Arbex, a investigação se torna uma espécie de protagonista da história. Embora não nos aprofundemos na trajetória de outros personagens dentro da nossa análise, é importante lembrar o cuidado que a jornalista tem em trazer as histórias de diversos militantes que tiveram contato com o protagonista do livro para discutir, além da vida de Milton, o que foi a ditadura militar.

Pela impossibilidade de reunir com detalhes cada passo do trabalho de Arbex em um único artigo, coletamos somente alguns exemplos que nos permitem observar as práticas da repórter no aprofundamento do material. Desde o início, vemos Arbex dedicar-se intensamente à investigação, realizando buscas por documentos primários; visitas à auditoria militar de Juiz de Fora, para recolher tudo que fosse possível sobre o período; estudo de obras que lançavam dúvidas sobre a versão do exército quanto ao caso de Milton; e a localização de amigos e parentes do militante político, entre eles o irmão, Edelson Pereira Lima. Por meio desses contatos, Arbex (2015, p. 97) descobriu, por exemplo, que o sindicalista Gregório Mendonça – que esteve preso na Penitenciária de Linhares no mesmo período que Milton – e outros presos teriam visto Milton ser retirado da cela dentro de um lençol, como se estivesse embrulhado. Ninguém deles sabia, porém, se Milton havia morrido dentro da cela ou sido colocado dentro dela morto.

No capítulo XVII da obra, denominado “Cova 312”, Arbex (2015) relata que passou cerca de dois meses realizando levantamentos, até que, em abril de 2002, ao visitar o Cemitério Municipal de Juiz de Fora, ela finalmente descobriu que o nome de Milton constava no livro de óbitos de 1967 do local. O documento indicava que ele havia sido

enterrado lá, na cova 312, quadra L, em uma sepultura rasa. Informava ainda a hora do falecimento (oito horas da manhã) e a data e hora do sepultamento (duas horas da tarde de 29 de abril). No cemitério, ela encontrou também a guia de enterramento de Milton.

O documento indicava, equivocadamente, o enterro de Milton no cemitério de Santa Maria, Rio Grande do Sul, com uma correção de local feita logo em seguida: “Será sepultado no cemitério Nossa Senhora Parecida, em Juiz de Fora”. A data do óbito estava rasurada. Primeiro aparece como 27 de abril de 1967, mesmo dia de seu interrogatório. O dia é corrigido para 28 de abril e o número oito escrito em cima do sete (ARBEX, 2015, p. 270).

Ao procurar no cemitério, Arbex constatou que a Cova de número 312, onde Milton havia sido enterrado, ficava na área reservada aos indigentes – apesar de haver uma família que procurava por ele. Na narrativa, a jornalista conta, também, como conseguiu a certidão de óbito do militante, o nome do homem apontado como declarante do óbito (Waldyr Aguiar, que afirmou não estar trabalhando no exército na época do caso e que alguém devia ter usado seu nome), o local da necropsia de Milton (Hospital Militar de Juiz de Fora), o nome dos médicos do exército que assinaram o exame cadavérico (Antônio Nagem Assad e Nelson Fernandes Oliveira), o nome de quem atestou o óbito (o já falecido médico civil José Guadalupe Baeta Neves) e causa *mortis* de Milton, que tinha sido declarada como asfixia por enforcamento. Em entrevista à Arbex, o médico Nelson Oliveira disse se lembrar que Milton chegou ao hospital com o pescoço quebrado.

Em abril de 2002, Arbex reuniu as informações que havia conseguido e publicou, no *Tribuna de Minas*, sua primeira reportagem sobre a história de Milton. Pouco tempo depois disso, o ministro da Justiça autorizou um pedido de identificação dos restos mortais do gaúcho para esclarecer as condições de sua morte. No entanto, a exumação da ossada nunca aconteceu porque o irmão de Milton mostrou-se contrário a ela. Isso, de certa forma, forçou a repórter a encerrar sua trajetória de investigação para o jornal. Porém, conforme conta no capítulo XVIII, intitulado “Reviravolta na investigação jornalística” e cuja capa exibe uma “imagem inédita da necropsia feita no corpo do guerrilheiro Milton Soares de Castro” (ARBEX, 2015, p. 292), dentro dela não existia um ponto final. Por isso, em 2013, quando a ideia de escrever o livro-reportagem lhe ocorreu, Arbex decidiu que começaria toda a investigação. Começou entrevistando Gilney Amorim Viana, o prisioneiro político que mais tempo permaneceu na Penitenciária de Linhares. Foi ele quem enviou à jornalista 39 páginas copiadas de um inquérito instaurado pelo exército no dia em que Milton foi encontrado morto, para que ela estudasse. “Era um

xerox de pouca qualidade, cuja reprodução digitalizada não permitia ver as imagens anexadas em nenhuma das páginas” (ARBEX, 2015, p. 297). A jornalista diz ter tentado buscar, sem sucesso, o inquérito original no arquivo morto da Polícia Civil, no arquivo da Auditoria Militar, no Arquivo Público Mineiro e em dezenas de livros sobre a ditadura.

Na documentação enviada por Gilney, li dois depoimentos fornecidos em 3 de maio de 1967 por companheiros de Milton. Um deles era do ex-sargento do exército Araken Vaz Galvão, cuja cela ficava de frente para a do operário, em diagonal. O outro era atribuído ao ex-subtenente Jelcy Rodrigues Corrêa, que ocupava a cela vinte e nove, vizinha à de Milton. Jelcy disse não ter visto o retorno de Milton após ser retirado da cela para o interrogatório na noite de 27 de abril. Já Araken afirmou ter ouvido o operário retornar na madrugada do dia 28, o que agora contesta (ARBEX, 2015, p. 299).

Para investigar o episódio, Arbex seguiu comparando depoimentos. O comandante da guerrilha, Amadeu Felipe da Luz Ferreira, contestou a versão de suicídio e opinou que “tecnicamente, ele não tinha como cometer suicídio. Na minha opinião, ele foi assassinado e colocado morto lá dentro. Eu vi quando foi retirado da cela pela manhã. Estava morto” (ARBEX, 2015, p. 300). O ex-guerrilheiro Avelino Capitani disse que Milton retornou do interrogatório à meia-noite. O horário é contestado no depoimento do ex-sargento Josué Cerejo, que disse ter ficado sabendo, tempos depois, que um soldado viu Milton enrolado em um lençol no dia em que foi levado para o Hospital Militar, com sangue na cabeça. Já Hermes Machado, ex-bancário da guerrilha, desconfiava que Milton tinha sido morto em tortura no interrogatório e depois pendurado na cela.

Enquanto ouvia as versões dos guerrilheiros, a repórter fez uma nova leitura do inquérito e analisou depoimentos de duas testemunhas: o primeiro-tenente do exército, Fernando Antônio Carneiro Barbosa, que disse ter visto Milton vivo na manhã do dia 28 de abril de 1967, e o primeiro-tenente do exército José Mauro Moreira Cupertino, que em conversa com Arbex disse ter a impressão de que ele já havia sido encontrado morto. Na documentação oficial da década de 60, porém, Cupertino teria dito que o preso foi encontrado com vida – todos os militares que supostamente prestaram depoimento no inquérito, à época, afirmaram o mesmo. Por isso, para Arbex (2015, p. 306), a contradição entre o que está escrito na documentação e o que o general afirmou em entrevista à ela reforça a impressão de que a documentação foi montada pelo exército. Na percepção da jornalista, alegar que Milton ainda estava vivo seria uma forma de o exército justificar a retirada do preso da cela, o que levaria a perícia a fazer seu trabalho sem a presença do corpo no local. Ela confirmou a suposição ao seguir adiante nos depoimentos, entre eles

o do segundo-tenente Carlos Antônio Bregunci, que disse ter levado Milton, ainda vivo, para o Pronto Socorro Municipal de Juiz de Fora. Ao tentar confirmar a entrada de Milton da unidade, a jornalista descobriu que o médico citado no processo como sendo o responsável pela constatação do óbito de Milton não estava de plantão naquele dia.

Outra descoberta importante para Arbex foi saber que Guadalupe, em 1967, foi acordado e chamado às pressas à unidade militar para atender um óbito que teria ocorrido no quartel. Quando viu o cadáver, o médico observou que o corpo já havia sido limpo. Dias depois do atendimento, um oficial procurou Guadalupe e discutiu com o médico por ele não ter deixado claro, em seu lado, que a asfixia por enforcamento era devido a um suicídio. Para Arbex (2015, p. 317), Guadalupe ter sido acordado poderia significar que ele saiu de madrugada, o que indicaria a morte de Milton durante o interrogatório. Mesmo somando evidências, Arbex considerava fundamental ir além do depoimento testemunhal. Assim, seguiu investigando e achou no Superior Tribunal Militar dois autos findos com o nome de Milton, um deles com quatro volumes somando cerca de mil páginas. Entre os documentos, estava o processo de setenta e nove páginas à qual até então tinha tido acesso apenas parcialmente, por meio das cópias enviadas por Gilney, e, nos anexos, quinze fotografias, entre elas a foto original do cadáver de Milton em cima de uma mesa de mármore no Serviço Médico Legal do Hospital Geral do Exército em Juiz de Fora.

Para estudar o laudo pericial 2.103, que tratava da perícia realizada na cela onde Milton foi encontrado, Arbex pediu ajuda ao perito criminal aposentado Domingos Lopes Dailbert. Quando analisou fotos do cadáver, ele afirmou não ter dúvidas sobre o assassinato de Milton, observando que não havia nele a congestão facial comum em casos de enforcamento e que “é impossível um sujeito com de 1,80 metro se enforcar com trinta centímetros de lençol”, “não daria nem para dar o nó em volta do pescoço, ainda mais para amarrar em uma torneira que fica a 1,20 metro do solo” (ARBEX, 2015, p. 312). Na opinião dele, Milton havia morrido enforcado por alguém que usou um fio ou um cadarço de bota militar. A fim de confirmar os apontamentos de Domingos, a jornalista considerou conveniente pedir uma segunda opinião ao médico legista aposentado Moacir de Oliveira Ferraz. Ele confirmou as mesmas informações de Domingos. Arbex (2015, p. 314) transcreve a leitura das imagens feita pelo legista: “Falar em suicídio é delírio, uma história sem “h”. Isso é um laudo ditado – afirmou” (ARBEX, 2015, p. 314).

O último passo de Arbex (2015) foi contatar Luzmar Gouvêa, um dos peritos criminais responsáveis pelo laudo pericial que afirmava que Milton foi encontrado morto.

Apesar de ter assinado o documento, ele afirmou à jornalista que não esteve no local da morte. Entre as páginas 322 e 329 de *Cova 312*, a autora relata que mostrou à Luzmar as fotografias do cadáver de Milton. Ele atentou ao fato de o militante não aparentar sulcos compatíveis com um ato suicida e ratificou que o fato de o laudo informar que Milton havia sido enforcado não confirmava que era por suicídio. Arbex questionou se o policial achava possível um homem da altura de Milton se enforcar em uma pia com 1,2 metro de altura e 30 centímetros de pano. Ele negou, disse convictamente que nunca concluiria como suicídio, mas considerou possível que aquilo tivesse sido feito com um cadarço.

Coletados documentos e depoimentos suficientes para comprovar que Milton fora vítima de um assassinato, Arbex pôde finalmente encerrar a investigação. Nesta fase de trabalho, acompanhamos algumas das práticas de apuração da autora na busca por provas que embasassem sua tese. Os passos mais primários de apuração de Arbex podem ser compreendidos, a partir das classificações de Sequeira (2005) acerca das práticas de jornalistas investigativos, como sendo o estudo de viabilidade do tema, quando o repórter se debruça sobre a pauta e analisa a existência de fontes e documentos que possam ser acessados. Em seguida, especialmente no capítulo VI de *Cova 312*, encontramos a terceira conceituação de Sequeira (2005), denominada como um estudo aprofundado de trabalho, que inclui a verificação de todas as hipóteses levantadas, a recolha de depoimentos e provas e a comparação das versões dadas ao caso. A quarta fase, a criação de um projeto de trabalho, podemos notar brevemente por meio das anotações feitas por Arbex, como no caderno de apuração que ela exhibe nas páginas 86 e 87 da obra. Já o quinto passo, a fase de apuração, engloba a pesquisa documental e as entrevistas entre as fontes de informação, algo que também fica nítido na pesquisa descritiva das práticas de Arbex.

Processo construtivo

Após a conclusão da investigação e a obtenção de provas que comprovam a hipótese levantada, o profissional pode dar início à construção da reportagem. Essa fase diz respeito ao sexto passo na classificação de Sequeira (2005): a redação final. Embora Arbex tenha feito a construção de uma série de reportagens para o *Tribuna de Minas* sobre o caso de Milton no ano de 2002, ela deixou claro, em entrevista cedida ao jornal *O Nacional*⁴, em 2016, que pouco do que é publicado no jornal é aproveitado. Para um livro-

⁴ A entrevista foi realizada por Claudia Aline Dalmuth. A matéria não pôde ser assinada por, à época, ainda ser estagiária do veículo.

reportagem, uma narrativa completamente nova é construída. Como Sequeira (2005) comenta, em um livro-reportagem o texto assume novas características e há mais liberdade em relação à linguagem. É justamente o que faz Arbex (2015) em sua obra. Não há dúvidas de que o material com que ela trabalha é a realidade, mas seu texto abraça adereços literários para aprofundar a abordagem e tornar a narrativa mais atraente.

Publicação

Quando a redação e revisão do material é finalizada, o jornalista pode, por fim, editar e publicar o conteúdo. Para Sequeira (2006), essa é a última etapa de um trabalho investigativo. No caso da narrativa de Arbex, o melhor meio encontrado para veiculação foi o livro-reportagem, devido à extensão e ao estilo do texto. Publicado pela editora Geração Editorial em 2015, *Cova 312* apresenta 344 páginas e é dividido em três partes (“Parte 1 – Nascimento e morte de um guerrilheiro”, “Parte 2 – Anatomia de um dos maiores presídios da ditadura” e “Parte 3 – Segredo revelado”) e em 19 capítulos. No ano de 2016, a obra venceu o prêmio Jabuti na categoria livro-reportagem.

É a partir da publicação que podemos começar a analisar os desdobramentos do trabalho de Arbex como uma ferramenta para a construção de memórias sobre Milton Soares de Castro, pois, como Barbosa (2012) e Nora (1979) defendem, é somente através da publicação em meios de comunicação de massa que um acontecimento marca presença. Não fossem eles, muitos de nós não faríamos ideia do que foi o período da ditadura militar no Brasil, a menos que tivéssemos vivido nesta época. E, mesmo que tivéssemos, talvez nunca saberíamos a dimensão dos atos abusivos praticados pelas Forças Armadas, porque nos situamos em tempos e espaços muito específicos. No entanto, ao consumirmos materiais que falam sobre determinados acontecimentos, passamos a possuir, de alguma forma, certas memórias sobre eles.

Se, hoje, pessoas que não eram vivas entre 1964 e 1985 sabem que, nesse período, o Brasil viveu uma ditadura e têm certas recordações sobre o assunto, é porque, segundo Halbwachs (2006), temos memórias históricas de episódios que não vivenciamos. O autor explica que nos situamos sempre dentro de um grupo nacional onde nascemos ou vivemos, e este grupo foi palco de acontecimentos que dizemos nos lembrar, mas que na realidade só conhecemos através de jornais ou pelo testemunho de outras pessoas. Embora esses acontecimentos ocupem um lugar na memória da nação, possivelmente, nunca os assistimos. Portanto, quando evocamos essas memórias, nos baseamos inteiramente na

memória dos outros. Por outro lado, mesmo que essas pessoas tenham vivenciado a ditadura militar, as memórias que têm sobre o período dificilmente são individuais. É muito provável que sejam memórias coletivas, porque, para Halbwachs (2006), a memória individual existe a partir da memória coletiva: nossas lembranças são constituídas no interior dos grupos nos quais estamos inseridos. Mesmo sem notar, a cada vez que conversamos com alguém ou consumimos uma reportagem sobre a ditadura, em algum nível, as informações absorvidas modificam a nossa memória sobre o período.

No trabalho publicado por Arbex, a investigação reúne inúmeros documentos e testemunhos, que conferem credibilidade àquilo exposto e potencializam o impacto de *Cova 312* na constituição de memórias relativas a Milton. No âmbito da memória coletiva, ela modifica a lembrança que pessoas que conheceram o gaúcho possuíam. Se, por muitos anos, elas pensaram que o militante político era um suicida, ao lerem o livro-reportagem passaram a saber que ele foi assassinado. Se antes imaginavam que o corpo de Milton havia simplesmente desaparecido, agora elas sabem também que ele foi na verdade escondido em uma sepultura rasa, como forma de eliminar provas do crime praticado pelo Exército. Como o irmão de Milton confidencia, a mãe deles passou anos em busca do filho, porém jamais conseguiu do Exército a informação sobre onde ele teria sido sepultado. À Arbex, Edelson desabafou: “Para nós, disseram apenas que era sigilo militar. Somente, agora, com esta matéria, pudemos saber que, enquanto o Exército negociava conosco a entrega do corpo de nosso irmão, ele já havia sido enterrado” (ARBEX, 2015, p. 282). Em poucas palavras, o depoimento de Edelson elucida o ponto em que a memória coletiva existente antes de Arbex divulgar as descobertas se mescla às novas memórias.

Para além da memória coletiva, a investigação e publicação de Arbex constrói também memórias históricas, ao se constituir como um documento que poderá ser consultado por outras gerações. Um exemplo disso é que, em 2007, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, publicou na página 77 do livro *Direito à Memória e à Verdade* uma nova versão para a morte de Milton, tendo como base a investigação feita por Arbex e publicada no *Tribuna de Minas*, em 2002. Na página online do CEMDP, é possível acessar o Acervo de Mortos e Desaparecidos Políticos, onde consta uma ficha sobre o militante político. Nela, está disponibilizada uma biografia sobre ele, que inclui várias das informações levantadas por Arbex, entre elas as que tratam de desmentir a versão oficial que dava o corpo do gaúcho como desaparecido:

Em 28/04/2002, 35 anos depois do ocorrido, o jornal Tribuna de Minas publicou a matéria *Cova de militante desaparecido é encontrada em Juiz de Fora*, assinada pela jornalista Daniela Arbex, contestando a versão do Exército. Segundo a reportagem, “O atestado de óbito, encontrado pela Tribuna, indica equivocadamente que o sepultamento de Milton ocorreu no Cemitério Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Ao contrário do que está escrito no documento, o guerrilheiro da Serra do Caparaó foi enterrado na sepultura número 312, quadra L, do Cemitério Municipal de Juiz de Fora. Um lugar que, de tão óbvio, nunca foi cogitado pelos familiares do militante e nem por pesquisadores, nestes 35 anos. Milton foi enterrado na cidade às 14h do dia 29 de abril de 67, conforme registro do livro de óbito do cemitério” (CEMDP, 2009).

Após a publicação de *Cova 312*, o trabalho de Arbex foi citado também em importantes veículos de comunicação do país, desmentindo a versão do Exército que declarava que Milton havia se suicidado por enforcamento. Dentre eles, no jornal *Estadão*, em uma matéria publicada em 2015 pelo repórter Pedro Venceslau, com o título *Livro derruba versão de suicídio de guerrilheiro*. Na linha de apoio, Venceslau (2015) escreve “Jornalista reúne provas de que militante da primeira guerrilha contra ditadura foi morto pela repressão; corpo foi enterrado em cemitério de Juiz de Fora”.

Considerações finais

Por meio da pesquisa descritiva e análise das práticas de Arbex, pudemos entender o passo-a-passo da jornalista para remover o véu de mistério que por muitos anos encobriu a morte de Milton Soares de Castro. Usar o trabalho de Arbex para dar à família e amigos de Milton respostas que por muitos anos eles nunca tiveram, servir de base para o acervo de um arquivo nacional, complementar informações de um livro de uma comissão ligada à Presidência da República e como prova para derrubar a versão oficial de suicídio do guerrilheiro, apenas evidencia o quanto o jornalismo é uma poderosa ferramenta para construção da memória social. A partir do livro-reportagem *Cova 312* e dos documentos que usam a obra como base, o trabalho de Arbex se estabelece como um documento histórico. Constrói uma memória da qual até mesmo pessoas que nunca conheceram Milton em vida passam a tomar de empréstimo ao evocar memórias relativas ao militante. Muitos daqueles que hoje sabem quem foi Milton e que sabem os horrores que as dezenas de presos políticos vivenciaram dentro da Penitenciária de Linhares, tendo sido até mesmo cobaias humanas, não fariam ideia disso não fosse pelo empenho de Arbex. Ao falar de personagens normalmente esquecidos, como o protagonista da obra, a jornalista dá voz aos socialmente mudos e tira dos porões histórias de um período sombrio.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. *Cova 312*. São Paulo: Geração Editorial, 2015.

BARBOSA, Marialva. Jornalistas, “senhores da memória”? *In: Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom*, 5, 2005. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005. Disponível em: <http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/BARBOSA%20Marialva.pdf>. Acesso em: 2 de maio de 2019.

BRAGANÇA, Jullyana; SOUSA, Mônica. “Verás que um filho teu não foge à luta”: Jornal EX-como guardião de memórias subterrâneas da ditadura militar. *In: Jornada de Iniciação Científica em Comunicação*, 11, 2015. Cabo Frio: Universidade Veiga de Almeida, 2015. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0686-1.pdf>. Acesso em: 2 de maio de 2019.

CEMDP – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Acervo – Mortos e desaparecidos políticos*. S.l.: s. n., 2009. Disponível em: <http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/333>. Acesso em: 2 de maio de 2019.

FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Contexto, 2005.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2ª edição. São Paulo: Centauro, 2006.

NORA, Pierre. O retorno do fato. *In: _____; LE GOFF, Jacques (Org). História: novos problemas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, p. 179-193.

O NACIONAL. *Passo Fundo se despede de mais uma Feira do Livro*. Passo Fundo: Jornal O Nacional, 2016. Disponível em: <http://onacional.com.br/geral/cidade/73666/passo+fundo+se+despede+de+mais+uma+feira+do+livro>. Acesso em: 2 de maio de 2019.

PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro. *Jornalismo Investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus, 2005.

VENCESLAU, Pedro. *Livro derruba versão de suicídio de guerrilheiro*. São Paulo: Estadão, 2015. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,livro-derruba-versao-de-suicidio-de-guerrilheiro---imp-,1697212>. Acesso em: 2 de maio de 2019.